



A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA

Marcela Crislane Conceição de Oliveira ¹

Leila Santos de Mesquita ²

RESUMO

Com o objetivo de investigar a atuação do Intérprete de Libras levando em consideração seus direitos profissionais, postura e limites com o aluno surdo, esta pesquisa foi realizada com três intérpretes do Ensino Fundamental de uma escola municipal da rede pública, em Buenos Aires – PE. Abordou-se a formação do intérprete para o acompanhamento do aluno surdo, a importância que eles têm no contexto escolar e como compreendem o processo de inclusão do aluno surdo. A pesquisa é de caráter exploratório-descritivo de natureza qualitativa, adotando como instrumento para coleta de dados, a aplicação de questionário aos intérpretes. O referido estudo teve como arcabouço teórico os estudos de Lacerda (2002), Sasaki (2006), Falcão (2017), entre outros. Os resultados apontaram quão importante é o papel deste profissional em sala de aula e a busca do aperfeiçoamento sobre o assunto abordado.

Palavras chave: Educação Especial, Inclusão, Intérprete de Libras, Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de abordar os conhecimentos sobre a atuação e a importância do Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na sala de aula, adotou-se como problema os desafios enfrentados pelos Intérpretes de Libras em sala de aula. Sendo assim, estabelecemos como objetivo principal investigar a atuação do Intérprete de Libras levando em consideração seus direitos profissionais, postura e limites com o aluno surdo. Quanto aos objetivos específicos destacamos: descrever a formação do Intérprete de Libras para o acompanhamento do aluno surdo; discutir a importância do Intérprete no contexto escolar e analisar como o Intérprete compreende o processo de inclusão do aluno surdo.

A atuação do Intérprete de Libras, principalmente na Educação, é indispensável, pois a inclusão do aluno surdo no ensino regular só se efetivará com a presença de um profissional habilitado para a função.

¹Pós-Graduada pelo Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Universidade de Pernambuco – campus Mata Norte; email: marcelacrislane@hotmail.com

²Professora Orientadora: Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba; email: eylasmesquita@yahoo.com.br



METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa, que procurou investigar o problema no ambiente natural e os dados coletados são predominantemente descritivos. Abordagem exploratória-descritiva com a finalidade de conhecer como é o trabalho do Intérprete de Libras na sala de aula.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal da rede pública, em Buenos Aires – PE, contando com a participação de três Intérpretes de Libras, cujas identidades foram preservadas.

Foi utilizado um questionário para obter dados da formação acadêmica, tempo de atuação profissional, opiniões, dificuldades e sugestões que eles têm acerca do assunto.

Para análise dos dados foi utilizado análise de conteúdo que permitiu entender os fenômenos através do questionário. A análise dos dados coletados teve como base a análise de conteúdo (BARDIN, 2000) que se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. A INCLUSÃO DOS SURDOS NA ESCOLA

A inclusão escolar deve atender a diversidade e alcançar conhecimentos sobre as particularidades de todos os alunos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/96 especialmente o capítulo III, Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Então, no decorrer dos anos, o Brasil vem implementando leis para que, de algum modo, torne a educação um direito de todos, incluindo um vasto processo de formação de gestores e educadores para garantir, principalmente, atendimento educacional especializado e acessibilidade.

A história da Educação de Surdos foi marcada por várias tentativas e técnicas de comunicação. Havia pessoas que se dedicavam a ensinar os surdos a se comunicarem, uma



delas era o Abade L'Epée, francês que criou a primeira escola para surdos na cidade de Paris, em 1760. No Brasil demorou mais um pouco, ela teve início em 1857 com a criação do Instituto Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro. Hoje, é o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundada pelo professor francês Hernest Huet, que era surdo.

Ao longo do percurso educacional de surdos, foram destacadas três correntes metodológicas, que de acordo com Nascimento (2018), são elas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. A corrente que vem sendo mais discutida e progressivamente introduzida nas redes de ensino é o Bilinguismo, que se traduz em uma proposta de educação para surdos, surgiu na década de 1980, amparada por Lei. Ela promove o aprendizado através de duas línguas: a língua portuguesa (escrita) e língua brasileira de sinais (Libras), que são fundamentais para a inclusão social dos surdos. A última língua citada, ela é visual-espacial estruturada por meio das mãos, expressões faciais e do corpo, e reconhecida na Lei nº 10.436/2002.

No Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22 determinando que se organize, para a inclusão escolar da seguinte forma que:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Com isso, a norma legal tem o propósito de oferecer aos alunos o direito à escolarização sem diferenciação do padrão oferecido aos ouvintes, ampliando as possibilidades de inclusão social.

Sassaki (2006) ao explicar uma sociedade inclusiva enfatiza que

[...]vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e desvalorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Hoje podemos ver uma evolução relacionada a educação dos surdos, embora nos deparamos com muitas coisas que ainda precisam ser ajustadas. Mesmo nos dias atuais, com bastante inovação no ensino, as escolas inclusivas se debatem com dificuldades na realização



do trabalho.

2. O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA

A Lei de 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que determina a inclusão do aluno surdo no ensino regular, e para que isso ocorra de forma que traga resultados positivos, ele necessita de um Intérprete de Libras, “profissional que domina a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de Intérprete” (BRASIL, 2004), interpretando, então, da língua de sinais para a língua falada ou vice-versa.

O Intérprete irá mediar a comunicação entre o surdo, professores e colegas através da LIBRAS, que possibilita a interação de ambos. Quando não há essa mediação a comunicação é bloqueada. A educação é a área que mais requer deste profissional atualmente, e com isso vemos a necessidade de investir nesta formação para que possa atender a demanda.

Para que a pessoa seja qualificada para atuar como intérprete, ela deve dominar a língua de sinais e a língua falada do país. A proficiência em línguas de sinais é essencial para que o intérprete possa desenvolver a mediação. Vejamos a seguir, a formação do Tradutor e Intérprete de Libras conforme o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos:

Capítulo V **Art. 17.** A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa.

Art. 18. (...) a formação de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

- I – cursos de educação profissional;
- II – cursos de extensão universitária; e
- III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado (...)

Quanto ao papel do intérprete:

“Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).” (BRASIL, 2004, p. 28)



Surgiram algumas dificuldades no trabalho do intérprete, inclusive na educação, que levou à criação do Código de Ética, como por exemplo, intérpretes que iam além de sua função em sala de aula por vontade própria ou a mando do professor regente. Dessa forma, deve ser levado em consideração na sala de aula:

Em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta;
Considerando as questões éticas, os intérpretes devem manter-se neutros e garantirem o direito dos alunos de manter as informações confidenciais;
Os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas;
As aulas devem prever intervalos que garantem ao intérprete descansar, pois isso garantirá uma melhor performance e evitará problemas de saúde para o intérprete;
Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade (...) (BRASIL, 2004).

Ademais, com a participação ativa da comunidade surda é que surge a preocupação em formar intérpretes, pois é ele quem vai estabelecer a relação dos surdos com o universo que o cerca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo tem por finalidade levar uma reflexão a respeito da atuação do Intérprete de Libras na sala de aula, apresentando a importância que é esse ofício, podendo estimular diversas pessoas para o interesse de buscar conhecimento sobre esta área. Nesse sentido, iremos inicialmente descrever os dados informativos sobre os Intérpretes de Libras, seguidos da análise das respostas dos questionários.

O quadro 01 apresenta a quantidade de Intérpretes de Libras e os dados de cada um em relação a sua formação, tempo de formação e tempo de atuação. Segue, abaixo, os dados referentes a cada intérprete:

Quadro 01: Perfil dos intérpretes de Libras

Intérprete de Libras	Formação	Tempo de formação	Tempo de atuação
1	Estudante de Pedagogia; Tradutor e Intérprete de Libras	4 anos 2 anos	1 ano e 7 meses
2	Tradutor e Intérprete de Libras	4 anos	3 anos



3	Pedagogia; Tradutor e Intérprete de Libras	4 anos 2 anos	10 anos
---	---	------------------	---------

Conforme os dados acima, todos os intérpretes que trabalham nesta escola tiveram formação para atuar como Tradutor e Intérprete de Libras. O tempo de formação variou entre 02 e 04 anos. E em relação ao tempo de atuação podemos constatar que dois intérpretes são novos na área, enquanto apenas um mostra certa experiência, tendo dez anos de atuação.

Segundo os intérpretes, o que os levaram a serem Intérpretes de Libras foi a curiosidade e a necessidade, pois queriam entender como funcionava a comunicação através da língua de sinais. E um motivo a mais levou a Intérprete 3, por ter uma irmã surda e querer comunicar-se com a mesma.

Em relação à primeira experiência como intérprete em sala de aula, o primeiro contato com o aluno surdo os deixaram muito nervosos, inseguros, achavam que o surdo não ia gostar da presença do mesmo. O intérprete 2 acrescentou dizendo que sofreu um impacto ao ter este contato, pois a realidade da comunidade surda é diferente da comunidade ouvinte. Destacaram que a pouca experiência que tinham dificultava ainda mais, mas com o tempo foi melhorando.

De acordo com os dados coletados, foi constatado que os professores sentem-se desconfortáveis com a presença do intérprete em sala de aula, agem indiferentes, como se fosse um intruso, e isso incomodou muito alguns dos intérpretes participantes. Segundo Lacerda (2006), o professor regente não pode ignorar a presença do intérprete em sala de aula, pois o seu trabalho vai além de uma simples tradução, é através dele que ocorre o elo de comunicação entre professor e aluno surdo e, desse modo, o processo de ensino-aprendizagem.

A atuação do intérprete é de grande importância, pois com a sua ausência torna-se impossível o aluno surdo obter conhecimentos e entender conteúdos aplicados na aula pelo professor.

Quando foi perguntado aos intérpretes se eles tomam alguma atitude quando o aluno não está entendendo a aula, todos responderam sim. Segue abaixo o que foi descrito por eles:

Intérprete 1: Procuo saber se o aluno surdo está entendendo, caso não esteja, recorro ao professor regente para adaptar alguma atividade, por exemplo.

Intérprete 2: A Libras em si já é muito direta, porém, há coisas que para traduzir da Língua Portuguesa para a língua de sinais precisa e muito ser mais simplificado, e é isso o que faço, simplifico para facilitar.



Intérprete 3: *Sempre orienta o aluno a dirigir suas dúvidas ao professor.*

De fato, é preciso trabalhar mais a compreensão dos conceitos em questão, o que na verdade requer mais explicação. Deixamos claro que a função do professor vai além do ensinar, mas a do intérprete é apenas interpretar. Então quando aparece alguma dúvida do aluno surdo, cabe ao professor resolvê-la.

É necessário que haja uma mudança de postura por parte do professor, que também tem o dever, como educador, de auxiliar o intérprete da Língua de Sinais em suas práticas. Se o professor não assumir práticas que favoreçam a atuação do intérprete da Língua de Sinais, conseqüentemente, a compreensão do aluno surdo ficará comprometida (LACERDA, 2011, p.18).

Pudemos ver que os intérpretes recorrem ao professor regente quando o aluno surdo surge com alguma dúvida, porém, relataram que, raramente os professores demonstram preocupação com a aprendizagem dos alunos surdos, pouquíssimos perguntam se eles estão entendendo.

Quando agem em conjunto incluindo o aluno às atividades, observando o que traz para sala de aula e o que se descobre nela, aumentam as chances de um aprendizado mais efetivo.

Se o aluno encontra-se com dificuldades em algum conteúdo, é dever do professor descobrir o que o levou a isso, e o que fazer para melhorar.

Hoje ainda, muitos professores ignoram a presença do aluno surdo, uns por não saberem trabalhar com eles, e outros por acharem que são incapazes. No entanto:

A pessoa com surdez enquanto aprendente das vivências e relações com o mundo torna a limitação auditiva um fator que diferencia o sujeito, mas não o impede da cognição nem de ser produtivo, efetivamente capaz, participativo, colaborativo, criativo, consciente, auto gestor de sua vida pessoal e em sociedade local e global (FALCÃO, 2017, p. 353).

Questionados se já sentiram alguma dificuldade na sala de aula, a resposta foi unânime, os intérpretes disseram que sim. Segue abaixo o relato:

Intérprete 1: *As dificuldades sempre existem. Quando o professor não tem domínio com a turma, o barulho atrapalha os alunos surdos (os que tem resíduos auditivos) e o meu trabalho. E em algumas disciplinas, com conteúdo específico, algumas palavras não tem sinal, o que dificulta um pouco na hora de transmitir/interpretar a explicação do professor.*



Intérprete 2: Por ser ouvinte o barulho de outros alunos as vezes dificultava na organização da tradução, hoje já me acostumei. E também já esqueci sinais, o que é normal.

Intérprete 3: Pelo fato do surdo não conhecer a Língua Portuguesa, existem conteúdos que eles não conseguem aprender.

De fato, o barulho incomoda muito, e há palavras que não tem sinal, e o intérprete se desdobra para conseguir traduzir de forma que o aluno surdo entenda. Lacerda (2006, p.xx) afirma que “essa tarefa de interpretar múltiplas disciplinas é exaustivo e difícil, pois para cada conteúdo o interprete terá que buscar sinais para enriquecer seu vocabulário, contextualizando e transmitindo o conhecimento de forma fidedigna”.

Falcão (2017) ressalta que, muitos surdos sobrevivem à sombra e da sobra daquilo que seus fiéis intérpretes conseguem repassar como conhecimento, já que os professores desconhecem a língua e como educar seus alunos surdos.

Quando o intérprete surge com alguma dúvida ou não entendeu o conteúdo que o professor está ensinando, o correto é pedir ao professor que explique novamente o conteúdo para que não prejudique o aprendizado do aluno surdo.

Quando os intérpretes foram questionados se sabiam previamente os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, responderam que dependia do professor, alguns deles compartilhavam o que seria trabalhado, mas outros nem se importavam com isso. Conforme Lacerda et al. (2011, p.18),

[...] é necessário que haja uma mudança de postura por parte do professor, que também tem o dever, como educador, de auxiliar o intérprete da Língua de Sinais em suas práticas. Se o professor não assumir práticas que favoreçam a atuação do intérprete da Língua de Sinais, conseqüentemente, a compreensão do aluno surdo ficará comprometida.

A elaboração das aulas é de responsabilidade do professor, mas o intérprete pode sugerir atividades que venham facilitar a compreensão do assunto dado ao aluno surdo. De acordo com os relatos, a cooperação entre o intérprete e o professor proporciona um aprendizado satisfatório do aluno.

Por último, as respostas dos intérpretes quando foram questionados como eles e o professor regente podem, juntos, contribuir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, obtivemos as seguinte respostas. Segue o extrato:



Intérprete 1: A parceria entre os dois é fundamental.

Intérprete 2: O professor precisa entender que ele sempre será o professor, e nós intérpretes apenas a ponte de comunicação entre eles e os alunos surdos. Assim, os professores precisam reconhecer a importância da adaptação das atividades, tendo o intérprete como apoio.

Intérprete 3: Cooperando um com o outro, trocando ideias e discutindo a melhor forma de ensinar o surdo.

Os três intérpretes tiveram opiniões iguais, de que a parceria entre os dois é fundamental, pois cooperando um com o outro, trocando ideias e discutindo a melhor forma de ensinar o surdo ajudará bastante.

De certo, o professor sempre será o professor, e os intérpretes apenas a ponte de comunicação entre eles e os alunos surdos.

Quanto à adaptação das atividades, os professores precisam reconhecer a importância, tendo, principalmente, o intérprete como apoio. De acordo com Falcão (2017), ninguém aprende igual ao outro, o ensinamento pode ser igualmente oferecida, mas as aprendizagens são individualizadas e segundo as experiências de cada criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto o Intérprete de Libras atua como mediador entre o aluno surdo e o professor. Seu papel em sala de aula é traduzir da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais. Ele deve estar atento na hora de transferir o conteúdo e dúvidas, possibilitando a participação do aluno em todos os contextos.

Quanto ao seu comportamento, o intérprete deve compreender que ele não é o professor, e não deve interpor nas situações pedagógicas, devendo apenas atuar em sua área, de acordo o código de ética.

A partir do que foi investigado, pudemos constatar que a atuação do Intérprete de Libras na área da Educação, é algo indispensável, pois a inclusão do aluno surdo só se efetivará com a presença de um profissional habilitado para a função.

No entanto, apenas a presença do intérprete não é o suficiente. Requer envolvimento da comunidade escolar no processo, garantindo a efetividade do ato inclusivo. É necessária



também a criação de um ambiente favorável para que o aluno surdo desenvolva suas potencialidades, habilidades, competências e sua criatividade como qualquer outro aluno.

Nesse sentido, é que se faz necessário fomentar debates sobre a formação continuada para os profissionais da educação na perspectiva da inclusão. Professores que atuam no ensino regular no atendimento a alunos surdos inclusos, precisam interagir mais com o aluno, conhecer as especificidades que cercam o seu processo de aprendizagem.

Com relação ao intérprete, é preciso que o professor compartilhe o conteúdo das aulas com o profissional para facilitar o ato de interpretar, dessa forma podem ser minimizadas as dificuldades da interpretação e alcançar de forma mais eficaz o objetivo do processo educacional para os surdos inclusos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 61, LDA, 2000.

BRASIL. Constituição (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa. Brasília, MEC, 2004.

BRASIL. Decreto no 5.625, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, Brasília. 2005.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência. Caderno Cedes, Unicamp, Campinas, v. 26, nº 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: Coleção UAB – UFSCar. Língua de Sinais Brasileira: uma introdução. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da USFCar, 2011.

NASCIMENTO, Henrique. Educação de Surdos: Entenda os Desafios no Brasil. Brasil. 2018
Fonte: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/educacao-de-surdos-entenda-os-desafios-no-brasil>

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.